

Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.693 - SP
(2019/0106236-7)**

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : JHONATAN FERREIRA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : NATALINO POLATO - SP220810
MAÍSA BARBOSA DE TOLEDO - SP364219
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. COMPROVAÇÃO DO RECESSO FORENSE LOCAL. NECESSIDADE. MOMENTO. ATO DA INTERPOSIÇÃO. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. A comprovação do recesso forense na Corte local é necessária para a aferição da tempestividade do recurso, considerando a diversidade de normas sobre a matéria em cada um dos Estados da Federação, nos termos da Resolução n. 8 do Conselho Nacional de Justiça, devendo ser realizada por meio de documento idôneo, no ato de sua interposição. Precedentes.
2. Na hipótese, a decisão de não admissão do recurso especial foi publicada em 13.12.2018, iniciando-se o prazo para a interposição do agravo no primeiro dia útil subsequente, *in casu*, 14.12.2018.
3. Considerando o prazo de 15 dias, nos termos do NCPC, a interposição do agravo em recurso especial em 7.1.2018 evidencia a sua intempestividade.
4. Agravo a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator